



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS

**20º Encontro de Lisboa com as Delegações dos Bancos Centrais dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e de Timor-Leste à Assembleia Anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial**

– 04 de outubro de 2010 –

Intervenção do Ministro de Estado e das Finanças

Fernando Teixeira dos Santos

Caros Colegas dos Governos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e de Timor-Leste,

Senhor Governador do Banco de Portugal,

Senhor Vice-Presidente do Banco Europeu de Investimento,

Senhor Administrador do Banco Central do Brasil,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

É com muito gosto que encerro este encontro com as delegações dos Bancos Centrais dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e de Timor-Leste, onde houve a oportunidade de



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS

discutir os desenvolvimentos económicos recentes, perspetivas futuras e instrumentos de financiamento.

Aproveitando esta oportunidade, gostaria de vos falar brevemente do contexto atual da economia portuguesa e dos desafios que temos pela frente.

A atuação de Portugal enquadra-se, desde logo, no contexto europeu, enquanto membro da zona euro. No seguimento dos efeitos recessivos da crise económica e financeira global, a zona euro tem vindo particularmente a ressentir-se da volatilidade dos mercados internacionais e do *stress* das dívidas públicas. Aliado à crise das dívidas soberanas, a zona euro atravessa também um momento delicado em termos de perspetivas de crescimento potencial o que tem vindo a merecer da parte das autoridades comunitárias a maior atenção.

Assim sendo, a necessidade de garantir a sustentabilidade das finanças públicas, do crescimento económico e da governação do Euro enquanto moeda de referência internacional, levaram já à



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS

adoção de medidas como i) a estratégia comum de antecipação dos processos de consolidação orçamental; ii) o mecanismo de estabilização financeiro europeu; iii) o pacote financeiro de apoio à Grécia; ou iv) as intervenções do Banco Central Europeu.

Neste quadro de prioridade clara à consolidação orçamental, Portugal enfrenta renovados desafios em termos de uma consolidação das suas finanças públicas que seja rápida e sustentável. A redução do défice e da dívida pública é, no imediato, fundamental para repor a confiança dos investidores e, assim, assegurar condições de financiamento da economia portuguesa. É imperioso cumprir os objetivos a que nos comprometemos: défice em 7,3% do PIB este ano e em 4,6% do PIB no próximo ano. Anunciámos há dias um conjunto de medidas cuja implementação é decisiva para atingir tais objetivos. No que depende do Governo, avançamos de imediato com as iniciativas indispensáveis. Contamos com o sentido de responsabilidade do Parlamento para adotar as medidas que requerem a sua aprovação. É ao governo que cabe a iniciativa de propor as medidas de resposta à séria crise que enfrentamos nos



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS

mercados da dívida soberana. Mas a resposta deve ser de todos, do país representado na Assembleia da República.

Entretanto, estão em curso outras reformas conducentes ao reforço da transparência, credibilidade e gestão do risco das economias da zona euro, onde Portugal tem participado ativamente. Falo, por exemplo, i) da criação do semestre europeu, enquanto instrumento de coordenação da política económica europeia, e ii) o significativo reforço do sistema europeu de supervisão, nomeadamente para avaliar e monitorizar os riscos do sistema financeiro.

Do ponto de vista do crescimento económico, a Europa, e a zona euro em particular, estão a promover políticas de aumento de produtividade e de melhoria da competitividade.

Nesse sentido, Portugal tem vindo a implementar um conjunto de reformas estruturais em domínios como segurança social e administração pública; o mercado de trabalho; a educação, a ciência e tecnologia; a energia; a saúde e, mais genericamente, o



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS

ambiente de negócios. Reformas que, visando o reforço da competitividade, da internacionalização e do crescimento da economia portuguesa, potenciam um progresso significativo do País e que, por isso mesmo, devem prosseguir e ser aprofundadas.

Em suma, as linhas de orientação da política económica e financeira em Portugal refletem a preocupação da zona euro em restabelecer confiança junto dos mercados internacionais e, assim, retomar uma trajetória sustentada de finanças públicas e crescimento económico.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Mas se as perspetivas de crescimento económico na Europa, Estados Unidos e Japão foram claramente afetadas pelos efeitos recessivos da crise económica e financeira global, o mesmo já não aconteceu nos países em desenvolvimento. Com efeito, a dinâmica das economias emergentes tem vindo a marcar a



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS

evolução da economia mundial e a atenuar os efeitos negativos da crise recente.

No caso português, e uma vez que a nossa estratégia de crescimento está centrada na internacionalização da economia, o maior dinamismo das economias emergentes tem contribuído para o nosso crescimento.

A evolução do padrão de exportações português, nomeadamente em termos de mercados de destino, está a ser marcada por uma tendência de diversificação mais acentuada. Essa tendência tem passado pelo aumento da quota de mercados extraeuropeus, na qual os países africanos têm vindo a assumir uma importância crescente. Entre 1999 e 2009, a quota de mercados extraeuropeus passou de 15% para 24,7% e Angola constitui já o 4º maior destino das exportações portuguesas.

Para além das relações de parceria económica e do estímulo mútuo e virtuoso que delas resulta, gostaria de salientar a importância para Portugal da política de cooperação –



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS

multilateral e bilateral – no estreitamento de relações com países de língua oficial portuguesa.

O apoio ao crescimento e à melhoria das condições de vida tem sido o vetor fundamental da cooperação portuguesa. A crise global que todos vivemos, ainda que com níveis de propagação diferentes, veio ressaltar a importância de assegurar que os fluxos internacionais de ajuda prossigam para minorar o impacto social da crise nos países em desenvolvimento.

Portugal continua empenhado nesse desígnio e tudo fará, atentas as suas restrições orçamentais acrescidas, para apoiar e colaborar com os países de língua oficial portuguesa.

É certo que os desafios que Portugal tem de vencer no imediato exigem uma atenção inevitável ao ajustamento orçamental, de diminuição do défice e da dívida pública, impondo limitações. O governo português está fortemente empenhado em corrigir rápida e sustentadamente esses desequilíbrios, tendo traçado uma estratégia de consolidação orçamental com medidas de



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS

racionalização e redução de despesa, bem como de aumento de receita.

Mas é também certo que em momentos difíceis, como este, é fundamental focarmo-nos no essencial e, nesse sentido, a política de cooperação portuguesa, que envolve o Governo e o Banco de Portugal, deve privilegiar, na medida do possível, as relações com parceiros estratégicos como são os países de língua oficial portuguesa.

A reunião do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial será uma oportunidade para prosseguirmos o debate de hoje. Temos pela frente uma agenda muito pertinente que, atendendo ao momento que vivemos, de saída gradual da crise global, discutirá os impactos económicos e financeiros, mas também as estratégias que ajudem as economias a ultrapassar, de forma consistente, esta fase recessiva.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS

Estratégias que passam pela promoção da produtividade, da criação de emprego, do empreendedorismo, do crescimento ambientalmente sustentável, da inclusão social, bem como da cooperação entre estados.

Faço votos para que os próximos dias, em Washington, proporcionem a todas as delegações um espaço de reflexão, de diálogo e de procura conjunta de mecanismos, que aumentem as perspetivas de crescimento das economias e contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Muito obrigado.